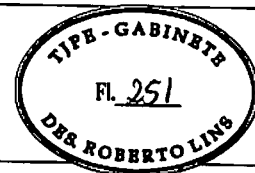


Apelação Criminal n.º 271.105-9 – Vara Única da Comarca de Floresta

Apelante(s): Gildo Luciano de Moura
Apelado (s): Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Desembargador Roberto Ferreira Lins
Procurador(a) de Justiça : Carlos Alberto Pereira Vitório
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. *APELAÇÃO CRIMINAL*. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. CONDENAÇÃO. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA. REJEIÇÃO. MÉRITO. FALTA DE PROVA PARA A CONDENAÇÃO. ALEGAÇÃO NÃO DEMONSTRADA. IMPOSSIBILIDADE DE ABSOLVIÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO. INVIABILIDADE. CONFIGURAÇÃO DO ART. 14 E NÃO DO ART. 12 DA LEI Nº 10.826/2003. SENTENÇA MANTIDA. APELO NÃO-PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Determinado o apensamento, por conexão, de ações penais distintas de porte ilegal de arma e de tentativa de homicídio, a falta de junção dos respectivos processos não acarreta nulidade da sentença condenatória proferida nestes autos, na medida em que, perante o magistrado condutor e julgador de ambas as ações, o apelante confessou ter adquirido arma de fogo, sem autorização legal para portá-la, e admitiu que fez uso desse instrumento - supostamente para se defender - por ocasião de fato ocorrido no dia anterior àquele em que foi apreendida a referida arma. Aliás, a junção dessas ações foi determinada na ocasião do interrogatório judicial e em nenhuma fase posterior houve irresignação quanto ao seu não-cumprimento, que somente foi suscitado nesta Instância, mas sem que fosse esclarecido o efetivo dano ou prejuízo à defesa do apelante. Aplicação do art. 563 do CPP (*princípio pas de nullité sans grief*). Preliminar de nulidade da sentença rejeitada.
2. Quanto à questão de mérito, pouco importa se o réu foi encontrado em via pública com a arma na cintura ou se ele estava na residência de terceiros com esse instrumento “guardado” em um dos móveis ali existentes. O fato é que ele confessou ter comprado o revólver apreendido sem a devida autorização legal e que, inclusive, realizou disparo no dia anterior à sua apreensão. Sendo assim, sua conduta está perfeitamente delineada no tipo penal do art. 14 da Lei 10.826/2003, que traz entre os seus núcleos, os de “adquirir, manter sob guarda ou ocultar” arma de fogo, acessório ou munição de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, o que permite a rejeição do pedido defensivo de desclassificação, pois o delito de posse irregular previsto no art. 12 dessa mesma norma, exige que a arma esteja na residência ou no local de trabalho do acusado,



Apelação Criminal n.º 271.105-9 – Vara Única da Comarca de Floresta

sendo inadmissível reconhecer a casa de terceiros como extensão de sua residência ou de seu trabalho.

3. Apelo não-provido. Decisão unânime.

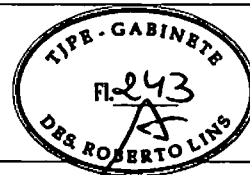
A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Apelação Criminal* n.º 271.105-9 – Vara Única da Comarca de Floresta, em que é apelante Gildo Luciano de Moura e apelado o Ministério Público do Estado de Pernambuco. Os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão realizada em 16/11/2014, acordam, unanimemente, em rejeitar a preliminar de nulidade da sentença, e, no mérito, também sem discrepância, negar provimento ao recurso, tudo de acordo com a ementa e os votos digitados em anexo, que passam integrar este julgado.

Reúnião 16 de Novembro 2014

Desembargador Roberto Ferreira Lins,

Relator



Apelação Criminal n.º 271.105-9 – Vara Única da Comarca de Floresta

Apelante(s): Gildo Luciano de Moura
Apelado (s): Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Desembargador Roberto Ferreira Lins
Procurador(a) de Justiça : Carlos Alberto Pereira Vitório
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

RELATÓRIO

Gildo Luciano de Moura, por intermédio de advogado constituído, interpôs este apelo contra a sentença prolatada pelo Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Floresta (fls. 160 a 167), que o condenou ao cumprimento da pena privativa de liberdade fixada em 3 (três) anos de reclusão e ao pagamento da pena pecuniária de 40 (quarenta) dias-multa, pela prática do delito tipificado no art. 14 da Lei nº 10.826/2003.

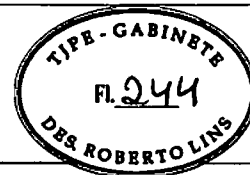
Narra a denúncia que no dia 10 de maio de 2007, por volta das 23:00 horas, em um imóvel situado no bairro de Santa Rosa, município de Floresta, neste Estado, o apelante foi preso em flagrante delito, por estar portando um revólver marca Taurus, nº 1979671, calibre 38, e mais 6 (seis) cartuchos intactos, do mesmo calibre, sem a devida autorização e em desacordo com determinação legal. De acordo com a exordial, policiais militares estavam à procura do denunciado, nas proximidades do Distrito de Nazaré do Pico, no mesmo município acima referido, em virtude de ser ele acusado de uma tentativa de homicídio praticada contra um sargento daquela corporação, fato que era objeto de apuração em outro procedimento investigativo. Depois de receber informes de que o recorrente estaria escondido no aludido imóvel, a equipe policial o encontrou no local informado, ocasião em que apreenderam em poder dele a arma de fogo acima descrita, a qual, segundo o réu, teria sido adquirida de um desconhecido, pelo valor de R\$ 150,00 (fls. 2 a 4).

Na postulação recursal (fls. 201 a 207), preliminarmente, a Defesa requer a nulidade da sentença, alegando falta de cumprimento de determinação judicial de apensamento desta ação penal (proc. nº 421.2007.000.296-0) aos autos da tentativa de homicídio acima reportada (proc. nº 421.2007.000.435-1). No mérito, o defensor alega contradição nos depoimentos das testemunhas da Acusação quanto ao horário em que ocorreu a prisão do réu e quanto ao local em que a arma foi encontrada. Com isso, a Defesa requer a absolvição do recorrente e, como pedido alternativo, a desclassificação do crime para o de posse ilegal de arma.

Apresentadas as contrarrazões (fls. 219 a 222), o Promotor de Justiça refutou as pretensões defensivas e pleiteou a manutenção da sentença monocrática em sua integralidade. O Dr. Carlos Alberto Pereira Vitório, Procurador de Justiça por convocação, no parecer de fls. 238 a 241, corroborou as contrarrazões recursais, pugnando pelo não-provimento do recurso.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação Criminal n.º 271.105-9 – Vara Única da Comarca de Floresta

Está feito o relatório. À douta revisão.

Recife, 10 de FEVEREIRO de 2014.


Desembargador Roberto Ferreira Lins,
Relator



Apelação Criminal n.º 271.105-9 – Vara Única da Comarca de Floresta

Apelante(s): Gildo Luciano de Moura
Apelado (s): Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Desembargador Roberto Ferreira Lins
Procurador(a) de Justiça : Carlos Alberto Pereira Vitória
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

VOTO PRELIMINAR

Senhores Desembargadores,

Sr (a) Procurador (a) de Justiça.

Conheço desta apelação, por estarem presentes os requisitos de admissibilidade do recurso e, em face da questão argüida a título de preliminar, passo à sua análise.

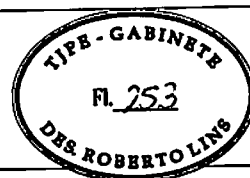
Mostram-se inconsistentes os argumentos aduzidos na matéria preambular, em que se requer a nulidade da sentença monocrática pelo não-cumprimento de determinação judicial de apensamento deste feito (NPU n.º 0000296-16.2007.08.17.0620) ao de n.º 0000435-65.2007.08.17.0620 (tentativa de homicídio), ambos considerados conexos (ver despacho contido nas fls. 70 e 215).

A determinação contida na fl. 70 destes autos ocorreu na ocasião do interrogatório judicial, porém, em nenhuma fase processual posterior houve irresignação quanto ao seu descumprimento, seja pelo advogado que à época representava o acusado, seja pelo sucessor dele, subscritor da peça recursal, o qual, teve amplo acesso ao conteúdo dos autos, mas, somente suscitou a pretendida nulidade com a interposição desta apelação. Segundo o preceito do art. 563 do CPP, nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para alguma ou para ambas as partes envolvidas (*princípio pas de nullité sans grief*) e, nesse ponto, a Defesa não demonstrou em que consiste o alegado prejuízo causado ao recorrente por não ter sido cumprida a aludida decisão.

Frise-se, por oportuno, que ambos os processos (porte ilegal de arma e tentativa de homicídio) tramitaram em separado, nas mesmas Vara e Comarca, cujos atos judiciais, incluindo as sentenças, foram proferidos pelo mesmo magistrado (ver fls. 70, 160/167, 208/215). Diante deste, o apelante confessou e admitiu ter adquirido arma de fogo, sem autorização legal para portá-la, e declarou ter feito uso desse mesmo instrumento, supostamente para se defender, por ocasião de fato ocorrido no dia anterior àquele em que foi apreendida a referida arma (fls. 68 a 70). Tais circunstâncias, aliadas à confissão do réu, respaldam a sentença ora vergastada, fulminando a probabilidade de ter sido causado qualquer prejuízo ao acusado pela falta de apensamento dos dois feitos.

Com essas considerações e fundamentos, impossível acolher o pedido de nulidade da sentença ora vergastada, razão pela qual voto no sentido de rejeitar a questão preliminar arguida.

Desembargador Roberto Ferreira Lins,
Relator



Apelação Criminal n.º 271.105-9 – Vara Única da Comarca de Floresta

Apelante(s): **Gildo Luciano de Moura**
Apelado (s): **Ministério Público do Estado de Pernambuco**
Relator: **Desembargador Roberto Ferreira Lins**
Procurador(a) de Justiça : **Carlos Alberto Pereira Vitório**
Órgão Julgador: **Primeira Câmara Criminal**

VOTO DE MÉRITO

As questões de mérito apresentadas nas razões do apelo dizem respeito a divergências nas declarações prestadas pelas testemunhas da Acusação quanto ao local em que foi encontrada a arma apreendida e quanto ao horário em que ocorreram essa apreensão e a prisão do recorrente.

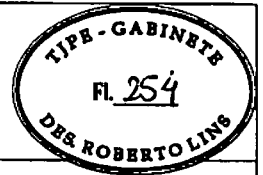
Segundo a Defesa, na fase inquisitiva, o policial FRADIKI FRANCISCO LOPES PEREIRA disse que, aproximadamente às 23:00 horas do dia 09/05/2007, ele e sua equipe encontraram o apelante GILDO LUCIANO portando uma arma de fogo que trazia na cintura (fls. 7/9). Em juízo, essa testemunha e os policiais SEBASTIÃO JOSÉ ATAÍDE e LADISLAU JOSÉ NUNES mantiveram a versão de que a arma apreendida foi encontrada na cintura do réu, mas, diferentemente do que foi dito na Delegacia, FRADIKI afirmou que a prisão dele aconteceu por volta das 17:00 horas, enquanto SEBASTIÃO disse que tal fato ocorreu entre 17:30 e 18:00 horas (fls. 110). De acordo com o advogado do réu, essas declarações prestadas na instrução criminal divergem do depoimento do policial FRADIKI na fase investigativa e daquelas prestadas pelas testemunhas indicadas pela Defesa, as quais asseveraram que a prisão do apelante ocorreu aproximadamente às 22:30 horas (fls. 127/129).

A Defesa também refuta a versão de que o apelante foi preso na frente de uma residência e que portava o revólver apreendido, carregando-o na cintura. Para tanto, o subscritor do recurso alega que, conforme depoimentos das testemunhas de Defesa ADEMILSON DA SILVA e JANETE ELIZA DA SILVA CABRAL (fls. 127/129), o acusado estava dormindo na casa desta última e a arma estava dentro do guarda-roupas, em um dos cômodos desse imóvel, na ocasião em que os policiais chegaram ao local, apreenderam o revólver e realizaram a prisão do réu.

Os argumentos defensivos utilizados para suscitar fragilidade da prova testemunhal e as contradições e/ou divergências alegadas são irrelevantes, inconsistentes e não autorizam a reforma do édito condenatório. Não há nenhum elemento de prova que indique que as testemunhas tivessem algum interesse ou motivo para prejudicar o apelante, inclusive, ele mesmo afirmou em seu interrogatório judicial que não tinha inimigos, daí porque não há o que se falar em parcialidade das declarações prestadas pelos policiais que realizaram sua prisão. Noutro aspecto, não se pode exigir que, quase um semestre depois da ocorrência do crime em questão, os agentes da lei apresentem informação precisa sobre o horário do evento criminoso, considerando as inúmeras ocorrências policiais em que eles rotineiramente participam, não sendo possível que possam lembrar todos os detalhes de cada uma delas. Além disso, o próprio acusado confessou que o revólver apreendido lhe pertencia e que não dispunha de autorização legal para portá-lo (fls. 68/70), portanto, não há o que se



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Apelação Criminal n.º 271.105-9 – Vara Única da Comarca de Floresta

discutir sobre a materialidade e sobre a autoria do crime do art. 14 da Lei nº 10.826/2003, dada a existência de prova suficiente a respaldar a sentença condenatória.

Sobre o pedido de desclassificação para o crime de posse irregular de arma de fogo, impossível acolher a pretensão defensiva nesse sentido. Os policiais ouvidos na fase judicial foram unânimes em afirmar que GILDO LUCIANO foi abordado na rua, na frente de um imóvel e que a arma apreendida estava na cintura dele. Contrariando essa afirmação, o réu e sua amiga, a testemunha de defesa JANETE ELIZA DA SILVA CABRAL, disseram que o aludido revólver estava dentro do guarda-roupas existente na residência desta e que, na ocasião da abordagem policial, o recorrente estava dormindo, enquanto que ADEMILSON DA SILVA, irmão de JANETE, declarou que o réu estava deitado e que a arma dele estava embaixo de uma cama, no interior da casa de sua irmã. Porém, essas versões divergentes sobre o local de prisão do acusado e aquele em que a arma foi encontrada, *in casu*, são irrelevantes. Como já informado acima, o próprio apelante confirmou tê-la adquirido de um terceiro não-identificado e que não dispunha de autorização legal para portá-la. Nessas circunstâncias, se esse objeto estava fora da residência do acusado ou de seu local de trabalho, como é a hipótese dos autos, trata-se do crime tipificado no art. 14 da Lei 10.826/2003, que traz entre os seus núcleos, os de “adquirir, manter sob guarda ou ocultar” arma de fogo, acessório ou munição de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, o que permite a rejeição do pedido defensivo de desclassificação, pois o delito de posse irregular previsto no art. 12 da Lei nº 10.826/2003, exige que a arma esteja na residência ou no local de trabalho do imputado, sendo inadmissível reconhecer a casa de terceiros como extensão da residência ou do trabalho do acusado.

Com as considerações acima expostas, no mérito, voto pelo não-provimento do recurso defensivo, mantendo-se íntegro o *decisum a quo*.


Desembargador Roberto Ferreira Lins,
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Desembargador Fausto Campos



APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000296-16.2007.08.17.0620 (0271105-9)

COMARCA : Floresta
VARA : Vara Única
APELANTE : Gildo Luciano de Moura
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR : Des. Roberto Ferreira Lins
REVISOR : Des. Fausto Campos
Órgão Julgador : 1ª Câmara Criminal

VOTO DE REVISÃO

PRELIMINAR DE NULIDADE DO PROCESSO POR FALTA DE CONEXÃO DAS AÇÕES.

O réu argúi, preliminarmente, nulidade do processo, sob o argumento de que não houve o cumprimento de determinação judicial de apensamento desta ação de n.º 0000296-16.2007.08.17.0620 com a de n.º 0000435-65.2007.08.17.0620 (tentativa de homicídio), tendo em vista a determinação judicial, à fl. 70, dos autos.

Razão não lhe assiste. Primeiro, uma vez proferida sentença definitiva em um dos feitos, como é o caso, a unidade dos processos somente deve ocorrer em sede de execução, nos termos do disposto no art.82 do CPP:

"Art. 82. Se, não obstante a conexão ou continência forem instaurados processos diferentes, a autoridade de jurisdição prevalente deverá avocar os processos que corram perante os outros juízes, salvo se já estiverem com sentença definitiva. Neste caso, a unidade dos processos só se dará, ulteriormente, para o efeito de soma ou de unificação das penas."

Essa é a orientação constante do enunciado da Súmula nº 235 do STJ, in verbis:

"A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado."

Ademais, no caso dos autos, a alegação defensiva somente veio à tona na fase recursal (f. 201), não havendo qualquer referência a ela nas alegações finais (fls. 207/237), o que encerra preclusão, além da defesa não mostrar prejuízo ao acusado.

Desse modo, rejeito a preliminar suscita.

Recife, 16 de agosto de 2014

DES. FAUSTO CAMPOS

Revisor



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Desembargador Fausto Campos



APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0000296-16.2007.08.17.0620 (0271105-9)

COMARCA : Floresta
VARA : Vara Única
APELANTE : Gildo Luciano de Moura
APELADO : Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR : Des. Roberto Ferreira Lins
REVISOR : Des. Fausto Campos
Órgão Julgador : 1ª Câmara Criminal

Trata-se de recurso de apelação interposto, tempestivamente, por Gildo Luciano de Moura, à fl. 180, com razões recursais, às fls. 201/207, contra decisão da Vara Única da Comarca de Floresta, que o condenou a pena de 03 (três) anos de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa pelo crime do art. 14 da Lei 10.826/03.

Irresignado, o Apelante alega em suas razões recursais, preliminarmente, a nulidade do processo tendo em vista a não determinação judicial que ordenou a conexão dos processos citados à fl. 70 dos autos. E, no mérito, requer a absolvição, ante as divergências dos testemunhos da acusação e, alternativamente, a desclassificação do crime de porte de arma para a posse de arma, porque os depoimentos das testemunhas da defesa afirmaram que a arma apreendida se encontrava dentro do guarda-roupa e não na cintura do réu.

O Ministério Público em suas Contrarrazões, às fls. 219/222, requer o improvimento do recurso.

Parecer da Procuradoria de Justiça, às fls. 238/241, da lavra do Dr. Carlos Alberto Pereira Vitória, opina, pelo improvimento do apelo.

Analisando os autos, verifico que não cabe razão ao Apelante quanto aos seus argumentos. Vejamos.

A materialidade do crime ficou demonstrada através do auto de prisão em flagrante, às fls. 06/10 e do auto de apresentação e apreensão, à fl. 22.

A autoria igualmente ficou comprovada através dos depoimentos policiais que efetuaram a prisão, conforme consta nas fls. 109/111 e da própria confissão do acusado, às fls. 68/70.

Apesar dos depoimentos policiais divergirem no horário que efetuaram a prisão do réu, não se tornam desprezíveis esses testemunhos, não permitindo a reforma da sentença, haja vista que os depoimentos da acusação são contundentes para se chegar a uma condenação, além do mais, os policiais se mostraram imparciais em toda fase processual.

O réu alega, também, a desclassificação do crime de porte de arma para a posse de arma, tendo em vista que os depoimentos



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete Desembargador Fausto Campos



testemunhais da defesa afirmaram que a arma apreendida estava dentro do guarda-roupa.

Consabido, inexistir óbice na consideração dos depoimentos policiais como meio hábil de prova. Basta que as declarações apresentem-se coerentes no essencial, e verossímeis, exatamente como no caso, pois os policiais que efetuaram a prisão em flagrante, foram unânimes em afirmar que a arma apreendida estava na cintura do acusado e não no guarda-roupa.

O porte ilegal de arma de fogo é considerado delito de perigo abstrato, não sendo necessária a ocorrência de um resultado naturalístico para sua consumação. Basta à mera conduta de portar arma de fogo em desacordo com determinação legal para violar o bem jurídico tutelado.

Desta forma, comprovado o cometimento do delito previsto no art. 14, da Lei 10.826/03, pelo Apelante, correta a condenação.

Por tudo exposto, voto pelo improvimento do recurso mantendo a sentença em todos os seus termos.

Recife, 16 de Abril de 2024

DES. FAUSTO CAMPOS
Revisor